



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO**

Jaqueline Beatriz dos Santos

**Os Desafios da Interpretação da Libras em  
um Curso Técnico Frente a Falta de  
Fluência da Língua Pelo Educando Surdo**

Joinville/SC

2018

Jaqueline Beatriz dos Santos

# **Os Desafios da Interpretação da Libras em um Curso Técnico Frente a Falta de Fluência da Língua Pelo Educando Surdo**

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

**Professora Orientadora:** Aline Lemos Pizzio

Joinville/SC

2018

*A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que ele ganha com isso, mas o que ele se torna com isso” John Ruskin*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me deu forças para continuar a faculdade, mesmo com tantos obstáculos.

Sou grata imensamente também aos meus três filhos, Gustavo, Matheus e Vinicius, que me apoiaram nessa minha caminhada.

Agradeço aos meus pais Máximo Luiz Dos Santos e Maria de Lourdes Da Rosa Dos Santos e ao meu parceiro Alvacir Costa.

Por último, agradeço a todos os meus amigos surdos e também aos meus amigos ouvintes por toda a troca de experiência.

## RESUMO

Este trabalho descreve os desafios que o intérprete de Libras tem no ensino técnico. O trabalho tem por objetivo demonstrar de onde vem a suposta falta de proficiência destes alunos surdos, falta esta, que, eventualmente, acontece também em instituições escolares que antecedem o ensino técnico. A problemática que incentivou para a realização desta pesquisa é que está mais frequente encontrarmos alunos surdos matriculados em curso técnico os quais não possuem o domínio da Libras. Devido a essa realidade, o trabalho do intérprete de Libras fica comprometido. A pesquisa foi realizada com base em levantamentos bibliográficos nos quais a ênfase maior da pesquisa foi a educação inclusiva e a educação bilíngue, propondo como objetivo verificar quais das duas oferecem melhores condições para que o intérprete consiga desenvolver melhor o seu trabalho de acordo com o que foi proposto pelo professor titular da turma, sendo assim, o surdo poderá desenvolver melhor a Libras. Foram aplicados dois questionários com perguntas abertas e fechadas para 3 grupos distintos. O grupo 1 é formado por pais ou responsáveis de alunos surdos, o grupo número 2 é formado pelos próprios alunos surdos, já o grupo número 3 é formado por pessoas que trabalham como intérpretes de Libras em instituições públicas e privadas. Através do resultado apresentado, podemos constatar que o processo inclusivo em que o aluno surdo está inserido é falho em muitos aspectos, principalmente na contratação de pessoas que executam o papel de intérprete de Libras mesmo sem ter a noção básica de Libras.

Palavras Chave: Libras, Intérprete de Libras, Ensino Técnico, Educação Bilíngue e Educação Inclusiva.

## ABSTRACT

Este trabajo describe los desafíos que el intérprete de Libras tiene en la enseñanza técnica, el trabajo tiene por objetivo demostrar de dónde viene la supuesta falta de competencia de estos alumnos sordos, falta esta que eventualmente ocurre también en instituciones escolares que anteceden a la enseñanza técnica. La problemática que incentivó para que la investigación fuera hecha es la de que es cada vez más común encontrar alumnos sordos matriculados en curso técnico que no poseen el dominio de la Libras y debido a esa realidad el trabajo del intérprete de Libras queda comprometido. La investigación fue hecha con base en encuestas bibliográficas en las cuales el énfasis mayor de la investigación fue la educación inclusiva y la educación bilingüe, cuáles de las dos ofrecen mejores condiciones para que el sordo desarrolle más a Libras. Se aplicó cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas para 3 grupos distintos el grupo 1 está formado por padres o responsables de alumnos sordos, el grupo 2 está formado por los propios alumnos sordos y el grupo 3 está formado por personas que trabajan como intérpretes de Libras en instituciones públicas y privadas. Con el análisis a través de los cuestionarios se constató que en la enseñanza técnica los alumnos sordos sólo demuestran el aprendizaje insuficiente de libras que tuvieron en la enseñanza regular. A través del resultado presentando podemos constatar que el proceso inclusivo en que el alumno sordo está inserto es fallido en muchos aspectos, principalmente en la contratación de personas que desempeñan el papel de intérprete de Libras incluso sin tener la noción básica de Libras.

Palabras Clave: Libras, Interprete de Libras, Enseñanza Técnica, Educación Bilingüe y Educación Inclusiva.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Instituto Nacional de Educação de Surdos.....	24
Figura 2: Dados da Pergunta 2.....	35
Figura 3: Dados da Pergunta 3.....	35
Figura 4: Dados da Pergunta 4 Fonte: Autora (2018).....	36
Figura 5: Dados da Pergunta 5.....	36
Figura 6: Dados da Pergunta 2.....	37
Figura 7: Dados da Pergunta 3.....	38
Figura 8: Dados da Pergunta 4.....	38
Figura 9: Dados da Pergunta 5.....	39
Figura 10: Dados da Pergunta 1.....	40
Figura 11: Dados da Pergunta 3.....	41
Figura 12: Dados da Pergunta 4.....	41
Figura 13: Dados da Pergunta 5.....	42
Figura 14: Dados da Pergunta 10.....	42

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. ESCOLA BILÍNGUE E ESCOLA INCLUSIVA PARA SURDOS.....</b>	<b>9</b>
1.1 Introdução:.....	9
1.2 Escola Bilíngue para Surdos.....	10
1.3 Escola Inclusiva na perspectiva geral.....	11
1.4 Conclusão.....	12
<b>2. A EDUCAÇÃO BILÍNGUE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS.....</b>	<b>13</b>
2.1 Introdução.....	13
2.2 O intérprete e tradutor de Língua de Sinais (TILS).....	13
2.3 Libras.....	17
2.4 O processo de aprendizagem do aluno surdo na escola regular.....	19
2.5 Escola inclusiva ou escola bilíngue.....	21
2.6 Os desafios do intérprete de Libras nos cursos técnicos.....	26
2.7 Conclusão do Capítulo.....	29
<b>3. A PESQUISA.....</b>	<b>30</b>
3.1 Introdução.....	30
3.2 Abordagem da pesquisa.....	30
3.3 Corpus da pesquisa.....	30
3.4 Método da pesquisa.....	31
3.5 Procedimento da Análise de dados.....	32
3.6 conclusões do capítulo.....	33
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>34</b>
4.1 Introdução.....	34
4.2 Análise.....	34
4.3 Conclusão.....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>



## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho pode contribuir para que os intérpretes de língua de sinais entendam quais os desafios que eles enfrentam em sala de aula, que são geralmente comuns em todo o ambiente escolar da escola técnica. O desenvolvimento deste trabalho deve-se à dúvida recorrente durante a trajetória profissional da interpretação e tradução de língua de sinais.

Iremos verificar ao longo da pesquisa que muitos autores defenderam e defendem até os dias atuais a educação bilíngue e afirmam, conforme veremos, que a educação bilíngue é a mais indicada para a pessoa surda, por uma questão de cultura e identidade. Dentre estes autores destacam-se Almeida (2018), Fonseca (2018), Carvalho (2013), Silva (2013), Capovilla (2012), Campello (2018), Rezende (2018) e outros.

O objetivo da pesquisa consiste em destacar sobre a perspectiva dos pais ou responsáveis e dos próprios alunos surdos quanto ao sistema de educação inclusiva, suas possíveis falhas e pontos negativos, suas opiniões sobre a educação inclusiva, suas frustrações e sua opinião sobre de que forma o aluno surdo aprende de forma mais qualitativa. Quanto aos profissionais da área, o objetivo da pesquisa consiste em demonstrar qual é o nível de escolaridade da pessoa que desenvolve o trabalho de TILS, sua formação e as estratégias utilizadas em sala.

## **1. ESCOLA BILÍNGUE E ESCOLA INCLUSIVA PARA SURDOS**

### **1.1 Introdução:**

Neste capítulo, serão comentadas as notícias atualizadas sobre as escolas bilíngues de surdos, estas escolas ensinam a Libras como primeira língua para o aluno surdo, e sobre o processo de inclusão escolar num contexto geral, o processo de inclusão escolar consiste em incluir todos os alunos independentes de sua deficiência, de sua cor, etnia, condição social entre outros, pois não foi possível encontrar notícias atuais sobre o processo inclusivo restrito apenas a alunos surdos.

Falaremos nesse capítulo sobre a mais nova classe de EJA bilíngue localizada na cidade de Laguna, Santa Catarina.

Traremos também as últimas notícias sobre leis e projetos no que se refere à inclusão escolar, trazendo falas dos principais cientistas do assunto.

E no final do assunto concluiremos o presente capítulo.

## 1.2 Escola Bilíngue para Surdos

Quando falamos de escola bilíngue para surdos, a referência nacional é o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), este colégio “recebe apenas alunos com surdez profunda bilateral comprovada por laudos audiológicos” (MAURO, 2018, p.01)

Atualmente atendemos a cerca de 450 alunos, só na educação básica além desse público, o INES realiza capacitação de profissionais de diversas áreas com o curso de Libras, assessorias às redes de todo o Brasil, cursos de extensão, além da graduação e pós-graduação na área de pedagogia bilíngue, tanto presencial quanto a distância, tanto no curso de Libras, que é aberto à comunidade, quanto no curso superior, é aceita a entrada de surdos e ouvintes (MAURO, 2018, p.01)

As políticas públicas relacionadas à Libras e às escolas bilíngues vem evoluindo, apesar de ainda existir alguns obstáculos.

Na própria constituição brasileira, é encontrada a base legal para qualquer tipo de reivindicação quando a luta diz respeito à Libras (Lei nº 10.436/2002) e ao ensino bilíngue (Decreto nº 5,626/2005)

O ensino bilíngue prevê o direito de instrução do surdo em sua primeira língua (Libras), sendo a língua portuguesa ensinada como segunda língua na modalidade escrita. Além disso, a proposta pedagógica deve considerar as especificidades do surdo com relação ao aprendizado pautado em aspectos eminentemente visuais. A presença de professores proficiente em Libras e/ou tradutores- interpretes também se faz imprescindível, assim como materiais didáticos com foco no ensino para surdos. (MAURO, 2018, p.01)

Muitos pais de alunos surdos relatam tristes experiências no período que seus filhos frequentavam escolas regulares. A mãe de um menino surdo de 7 anos relata que “o aluno passou por várias escolas públicas de ouvintes onde foi alvo de muita exclusão. Entre os vários episódios, ficou em sala sem interagir com ninguém.” (MAURO, 2018, p.01)

No estado de Santa Catarina, na cidade de Laguna, o secretário municipal de educação e esportes abriu matrículas de EJA em alfabetização bilíngue. A iniciativa da turma de EJA bilíngue em Laguna foi principalmente da ativista e presidente do ALPAS, senhora Crisiane Bratti. Esta iniciativa foi fundamental para a comunidade surda de Laguna.

Segundo Gladis Perlina, vice-presidente da Feneis, a iniciativa de criação da escola bilíngue em Laguna contribui de forma notável para a reafirmação deles como

surdos, além de ser um importante espaço de convivência social. “Estive presente na inauguração e notei a marginalização a que foram sujeitos os alunos surdos do município, pois que mal conseguem assimilar a comunicação. Por isto acredito na educação bilíngue como fator de integração. A educação bilíngue se constitui um dos mais fortes pontos de luta dos surdos. Não é nova. Em sua trajetória tem registro de muitas passeatas, intervenções em educação e também de documentos constituídos em conjunto com o governo. Nos sentimos muito orgulhosos desta conquista e esperamos contar com o apoio do município para continuidade da educação dos surdos”, afirma a pesquisadora, que também é surda e doutora pela Ufsc. (LUIZ, 2018, p.01)

Muitos avanços na educação bilíngue estão ocorrendo ao longo desses últimos anos, dentre os quais se destaca a conscientização dos surdos perante a sociedade, como podemos perceber pelas notícias atuais.

### 1.3 Escola Inclusiva na perspectiva geral

No dia 26 de maio desse ano de 2018, a AMAERJ (Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro) encaminhou ao Ministério da Educação um ofício no qual demonstra preocupação com os eventuais estudos a respeito da PNEEPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva). A AMERJ solicitou uma audiência com o ministro antes da consulta pública informada pelo MEC.

O temor da entidade é com o teor das propostas apresentadas durante reunião realizada no último dia 16 de abril, para a qual foram convidados apenas representantes dos secretários municipais e estaduais de Educação, dos institutos Benjamin Constant e de Educação de Surdos (Ines), do Conselho Nacional de Pessoas com Deficiência (Conade), das organizações das Pessoas com Deficiência (Corde), da Federação das Associações das Pessoas com Síndrome de Down (Febasd), do Conselho Brasileiro para Superdotação (Combrasd), das Apaes, associações Pestalozzi e Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB). (OLIVEIRA, 2018, p.01)

Para a AMAERJ, as propostas que foram apresentadas são inconstitucionais, restringem os direitos dos alunos e fere o Estatuto da Criança e do Adolescente, da Convenção Internacional da Pessoa com Deficiência, e da Lei Brasileira de Inclusão.

Outras entidades e movimentos, que a exemplo da Amaerj foram excluídas do debate, também enviaram ofício ao MEC. Entre eles, a Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação (Geduc) do Ministério Público Especial da Bahia, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), Departamento de Educação da USP de Ribeirão Preto, Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB de Campinas e Grupo de Estudos e Pesquisas em Aprendizagem e Inclusão da UnB, além de professores e coordenadores pedagógicos de redes estaduais e municipais. (OLIVEIRA, 2018, p.01)

Um documento assinado pela Maria Teresa Egler Mantoan, coordenadora da faculdade de Educação da Unicamp, diz que o objetivo dessa suposta reforma é fazer com que a escola especial venha a substituir a escola comum. Segundo Mantoan, no passado, as escolas especiais tornaram invisíveis as pessoas com deficiência e não podemos admitir que, em 2018, ocorra, novamente, esse retrocesso.

Ressaltando ser a educação inclusiva uma política de Estado, compromisso reiterado com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, os autores defendem que não cabem mudança de conceito e privação de direitos, com consequências gravíssimas no que diz respeito à vida independente e autonomia. E destacam ainda que a educação é direito indisponível e inalienável; que a criança deve estudar, com os pais e o Estado assumindo este compromisso. "Não cabe decisão contrária ao acesso e permanência na escola de todos e de cada um, sob risco de se violar gravemente a lei. Ao gestor que nega matrícula, a Lei Brasileira de Inclusão elevou a pena de reclusão para dois a cinco anos, ou seja, matéria pacificada, que não se discute. O acórdão da Ação Direta de Constitucionalidade 5357, do Supremo Tribunal Federal, é elucidativo para o slide em questão", sublinham. (OLIVEIRA, 2018, p.01)

O MEC, por sua vez, argumentou que a política de Educação Especial passou por reformas em 1994 e em 2008, e precisa ser atualizada novamente, pois isso precisa ser feito a cada 10 anos. A proposta inicial é para uma consulta pública para a sociedade dar sua opinião, para essa política, então, ser aperfeiçoada, seguindo o interesse da sociedade.

#### 1.4 Conclusão

Partindo-se do pressuposto de que a educação bilíngue é fundamental para a pessoa surda e que a educação inclusiva é fundamental para as pessoas com deficiência, entendemos que uma não substitui a outra ou é mais e menos eficaz. Quando falamos em surdo, entendemos que eles mesmos não se caracterizam como pessoa com deficiência, eles entendem-se como pessoas que tem a sua própria cultura, assim como veremos nos capítulos a seguir, essa defesa de identidade se iguala a defesa que o povo indígena tem pela sua identidade e cultura.

Logo, as escolas bilíngues são extremamente essenciais, no entanto não é por causa dessa defesa que devemos ser a favor de uma nova segregação de pessoas, pessoas essas que podem progredir muito no contato com os seus pares e, se forem de novos segregados às ditas escolas especiais, não poderão ter uma convivência social plena.

## 2. A EDUCAÇÃO BILÍNGUE E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

### 2.1 Introdução

Nesse capítulo serão abordados alguns temas relacionados à escola bilíngue e à escola inclusiva. Falaremos, inicialmente, sobre a função do Intérprete e Tradutor de Língua de Sinais (TILS), das leis que regem a atuação desse profissional e do contexto histórico. No segundo momento, falaremos sobre a LIBRAS, seu conceito básico, abordaremos, também, o contexto histórico e que, para se conhecer efetivamente a Libras, não basta apenas conhecer os sinais de forma aleatória. Será abordado a respeito da deficiência auditiva e da surdez, sobre o processo do aluno surdo na escola regular, em relação à escola bilíngue e à escola inclusiva e os desafios do intérprete de Libras nos cursos técnicos.

### 2.2 O intérprete e tradutor de Língua de Sinais (TILS)

Entendemos por intérprete toda a pessoa que interpreta uma língua fonte para uma língua alvo. O intérprete de língua de sinais por sua vez é a “pessoa que interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais.” (QUADROS, 2004, p.7)

É importante entendermos o que se entende como língua:

É um sistema de signos compartilhado por uma comunidade linguística comum. A fala ou os sinais são expressões de diferentes línguas. A língua é um fato social, ou seja, um sistema coletivo de uma determinada comunidade linguística. A língua é uma expressão linguística que é tecida em meio a trocas sociais, culturais e políticas. As línguas naturais apresentam propriedades específicas da espécie humana: São recursivas (a partir de um número reduzido de regras, produz-se um número infinito de frases possíveis), são criativas (ou seja, independentes de estímulos), dispõem de uma multiplicidade de funções (função argumentativa, função poética, função conotativa, função informativa, função persuasiva, função emotiva, etc.) e apresentam dupla articulação (as unidades são decomponíveis e apresentam forma e significado) (QUADROS, 2004, p.04)

A linguagem possui outro sentido, ela é utilizada num sentido mais abstrato, é entendida num sentido mais abrangente, pois inclui qualquer intenção de comunicação.

A língua de sinais é utilizada nas comunidades surdas e é importante salientar que a Libras possui propriedades específicas de língua natural, ou seja, ela é reconhecida como sendo uma língua.

Uma vez explicadas as diferenças de língua e linguagem e o que é o intérprete de línguas de sinais, vamos abordar a história da respectiva profissão. Muitos países têm o profissional de intérprete de língua de sinais. As atividades desse profissional foram, durante muito tempo, voluntárias, depois passaram a ser valorizadas à medida que a pessoa surda foi conquistando seus direitos.

A participação de surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de língua de sinais. Outro elemento fundamental nesse processo é o reconhecimento da língua de sinais em cada país. Na medida em que a língua de sinais do país passou a ser reconhecida enquanto língua de fato, os surdos passaram a ter garantias de acesso a ela, enquanto direito linguístico. Assim, conseqüentemente, as instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade através do profissional intérprete de língua de sinais (QUADROS, 2004, p.13)

No Brasil, os primeiros trabalhos do intérprete de língua de sinais ocorreram nos anos 80 em instituições religiosas. No ano de 1988 foi realizado o I Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais. Por meio deste encontro muitos intérpretes avaliaram a ética do profissional intérprete, esse encontro foi realizado pela FENEIS. No ano de 1992, ocorreu o segundo encontro. No ano 2000, uma página específica para o intérprete de Libras foi disponibilizada e em 2002, mais especificamente em 24 de abril, a lei federal que reconhece a Libras como língua oficial das comunidades surdas foi homologada. Essa lei representou um passo importantíssimo no que se refere ao reconhecimento da profissão do intérprete de Libras.

A lei 10.436 de 24 de abril de 2002 diz que:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da

língua portuguesa. Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
(BRASIL, 2002)

Além dessa lei, outras leis merecem destaque, pois evidenciam a atuação do intérprete de língua de sinais de forma direta ou indireta, são elas: Lei de Acessibilidade (10.098/00); Lei do Plano Nacional de Educação (10.172/01); Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução MEC/CNE: 02/2001); Acessibilidade à Educação Superior (portaria 3284/2003). Na medida em que o sujeito surdo adquire os saberes necessários da cidadania, ele vai buscar seus direitos, fazendo com que o intérprete de língua de sinais seja cada vez mais reconhecido profissionalmente.

Como sabemos, a tecnologia surgiu na nossa sociedade e foi modificando a rotina de todos nós e em meio a esta nova realidade os profissionais de TILS e os sujeitos surdos contam com algumas tecnologias a seu favor. Podemos afirmar que hoje ela é o centro de tudo. Ao longo da história, surgiram muitos inventos importantes e cada vez mais sofisticados. Tivemos a invenção da locomotiva a vapor, do rádio, televisão, avião, cinema, radar, energia nuclear, computador entre outros.

Na área da informática:

O Electronic Numerical Integrator And Computer ou computador e Integrador Numérico Eletrônico (ENIAC) foi o primeiro computador, composto de 18.000 válvulas. Era enorme, aquecia demais e queimavam válvulas a todo minuto. As válvulas foram substituídas por transmissores menores, mais rápidos e que não geravam calor e de custo mais baixo. Depois os computadores foram construídos com circuitos integrados reduzindo os custos e velocidade de processamento de ordem de micro-segundos. Hoje os computadores são velozes e os usuários conectam seus computadores a outros computadores. (COSTA, 2011, p.103)

Todas estas invenções existem e foram criadas para facilitar a vida das pessoas.

A análise de experiência utilizando recursos tecnológicos em pessoas com deficiências vem demonstrando a melhora no processo de aprendizagem conceitual, atitudinal e procedimental, além de favorecer a inclusão dessas pessoas no ambiente escolar e na sociedade.

Atualmente, com as novas tecnologias, uma pessoa com surdez profunda é capaz de ouvir sem mesmo fazer o implante coclear por exemplo, a cóclea é substituída por um órgão artificial, no entanto são poucas as pessoas beneficiadas. Outro exemplo de tecnologia desenvolvida para sujeitos surdos são alguns aparelhos que:

Possibilitado a comunicação de forma mais ágil mesmo à distância, por meio da troca de mensagens de textos via celulares, conversas por vídeos por webcams, acesso a serviços de empresas privadas por meio de telefones e atendimentos específicos às suas necessidades: o apoio de intérpretes de línguas de sinais, por

exemplo, por meio de uso de centrais telefônicas. Além destes já conhecidos, muito se tem estudado com relação à temática da inclusão por meio da tecnologia e difusão da Libras por meio de programas interativos digitais. (MARTIND, FLORIANO, GIMENEZ, 2009, p.92)

É cada vez maior a gama de estudos e pesquisadores em busca de soluções para diminuir a distância e a fronteira das pessoas surdas e dos ouvintes.

No ambiente escolar, o uso da tecnologia pode ser benéfico para o aluno e para o intérprete. Dentre estas tecnologias, podemos citar os softwares educacionais, jogos interativos, dicionários digitais, entre outros.

Um dos programas que podem ser utilizados pelo intérprete de Libras para desempenhar de forma qualitativa sua função é o ELAN.

O ELAN é um programa desenvolvido pelo Max Planck Institute of Psycholinguistics, da Holanda. Os principais motivos em adotá-lo para realizar a presente pesquisa são: compatibilidade com PCs, distribuição gratuita na Internet, seu uso crescente em pesquisas com diversas línguas do mundo, o fato de ter sido projetado para viabilizar uma transcrição mais eficiente das línguas de sinais, as atualizações contínuas e abertura dos desenvolvedores do programa a sugestões e dúvidas dos usuários, funcionalidades específicas tais como a sincronização do vídeo com a transcrição, um complexo sistema de buscas, e a capacidade de operar com até quatro câmeras simultaneamente. Todas essas qualidades tornam o ELAN um instrumento atrativo para construção do corpus desta pesquisa. (FELÍCIO, 2014, p.02)

O gerenciamento de terminologia é outro recurso. Esse recurso é uma maneira nova de evidenciar a necessidade de um método para validar, coletar, armazenar, organizar, trocar, atualizar e buscar termos coletivos ou individuais para uma determinada disciplina. Esse método opera por meio do uso de sistemas de gerenciamento de informações através do computador que são denominados de sistema de gerenciamento de terminologia.

Esses sistemas fazem com que seja possível manipular dados que foram constituídos por meio de um sistema lexical específico.

Outra estratégia utilizada pelo intérprete de Libras é o apoio interno, que consiste em utilizar-se o próprio conhecimento do tradutor, seja este conhecimento cultural, enciclopédico ou procedimental, ou seja, de tudo o que o intérprete possui de bagagem de conhecimento. O apoio externo é outra ferramenta que também serve como estratégia, o apoio externo consiste em contar com o auxílio de outro profissional intérprete de Libras.



## 2.3 Libras

O conceito básico que precisa ser evidenciado quando falamos da Libras é que:

A língua brasileira de sinais é um sistema linguístico legítimo e natural, utilizado pela comunidade surda brasileira, de modalidade gestual-visual e com estrutura gramatical independente da língua portuguesa falada no Brasil. A Libras, língua brasileira de sinais, possibilita o desenvolvimento linguístico, social e intelectual daquele que a utiliza enquanto instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence. (BRASIL, 2002)

Outro destaque que podemos citar é que a língua de sinais não é universal, existem, por exemplo, a língua de sinais Francesa, a língua de sinais Americana, a língua de sinais Portuguesa, dentre outras.

Como é fato bastante conhecido, os filósofos dos séculos XVII e XVIII acreditam que a primeira linguagem dos homens teria sido a de ação – os surdos a teriam conservado e aprimorado. A linguagem de ação, segundo os iluministas, seria uma forma de registro mais acurada da realidade, pois, como um espelho, refletiria o modo simultâneo como os sentidos percebiam o mundo exterior – seria deles, portanto, uma forma de representação desdobrada. A língua oral teria surgido como uma expansão lateral da linguagem de ação por conveniência impostas pelas necessárias adaptações ao ambiente. (UZAN, et al, 2007 p.1)

No ano de 1757, foi criada em Paris a primeira escola para surdos, denominada o Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, a qual seguia uma filosofia oralista e manualista. Foi nesta época que os surdos obtiveram o direito de fazer o uso da língua própria. No século XVIII, a língua de sinais era tida como uma língua marginalizada. Era comum surdos se alfabetizarem pela prática oral, prática esta, que não tinha uma estrutura organizada. Nesta época, o Abade Charles Michel I'Épee começa a enxergar os surdos não mais como deficientes intelectuais e passa a entender que a língua de sinais seria um facilitador para a comunicação com estes sujeitos.

Ele defendia que a educação oralista pura era muito dificultosa para o surdo, pois esta técnica, segundo ele, era muito mecânica, não tinha espontaneidade, não permitindo ao surdo ter autonomia.

O diferencial do método de ensino do abade Michel de I'Épee é que o ensino era estruturado e institucionalizado e reconhecia todos como cidadãos.

Quando recorremos à história antiga, segundo Carvalho (2007), no Egito antigo, as pessoas surdas eram adoradas como deuses, e eram elas que mediavam o contato entre os faraós e os deuses, essas pessoas eram temidas, respeitadas e admiradas.

Na nação dos hebreus, a lei hebraica fala sobre as pessoas cegas e surdas, as quais eram cidadãos e tinham proteção. Já, segundo Carvalho (2007), os chineses sacrificavam as crianças surdas jogando-as no mar. Na Grécia, os surdos eram tidos como pessoas incapazes. Aristóteles dizia que não havia raciocínio nas pessoas surdas, pois elas não tinham a linguagem. Os romanos julgavam os surdos como seres imperfeitos e não tinham direito a ser cidadãos (Carvalho 2007).

No período do renascimento, as pessoas surdas e as outras pessoas com deficiência conquistaram alguns direitos (Carvalho 2007).

A língua de sinais não tem descendência das línguas orais. Cada língua possui sua história e é influenciada por outras línguas de sinais. Por exemplo:

A língua brasileira de sinais (Libras) tem sua origem na língua francesa de sinais (LSF). Essa influência linguística da LSF sobre a Libras surgiu a partir do contato de um surdo francês, chamado Ernest Huet, que veio ao Brasil em 1855, a pedido do imperador Don Pedro II, para fundar a primeira escola para surdos brasileiros antes chamada Instituto Imperial de Surdos Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) localizado na capital do Rio de Janeiro (SOUZA, 2012, p.01)

A língua de sinais é usada pela maioria das pessoas surdas no mundo. Em território brasileiro, por exemplo, existem duas línguas de sinais:

A língua Kaapor – LSKB, utilizada pelos índios da tribo Kaapor, onde muitos membros são surdos, devido às aletas febres causadas por doenças transmitidas pelo contato com pessoas de fora da tribo e a Língua Brasileira de Sinais – Libras, que é utilizada nos centros urbanos. A língua portuguesa, no caso dos surdos brasileiros é considerada uma segunda língua. (UZAN et al, 2012, p. 01)

Na Libras, existem os níveis linguísticos que são a semântica, sintaxe, fonologia e morfologia. A Libras é um sistema linguístico que transmite fatos e ideias, possui expressão e comunicação, com estrutura gramatical própria e de natureza visual motora. Libras é uma língua natural que surgiu na comunidade surda e tem como função atender as necessidades de comunicação da sociedade. São línguas de sinais naturais, pois “como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre os surdos, além de, através de sua estrutura, poderem expressar qualquer conceito desde o descritivo/concreto ao emocional/abstrato” (UZAN et al, 2012, p. 02).

A Libras atualmente é considerada uma língua oficial que:

Conta com algumas pesquisas de descrição linguística e com alguns poucos livros didáticos para seu ensino, dentre estes tendo como foco o ensino de Libras como segunda língua. Estamos participando desse momento histórico da difusão da Libras em diversos setores da sociedade brasileira, inclusive na educação. (ALBRES e SARUTA, 2012, p. 29)

Para se conhecer efetivamente a Língua Brasileira de Sinais, não basta apenas conhecer os sinais de forma aleatória, precisa-se conhecer as estruturas gramaticais, formando-se, assim, as frases.

#### 2.4 O processo de aprendizagem do aluno surdo na escola regular

Considerando que cerca de 95% de crianças surdas são filhas de pais que ouvem, estas iniciam a aprendizagem da língua de sinais de forma tardia, ou seja, só depois que começam a frequentar a escola. Segundo estudos de observação:

Com base na amostra obtida que uma grande parte dos professores acredita que a surdez exerce influência na aprendizagem. Isso demonstra, ainda, a concepção equivocada em nossa opinião de que o aluno surdo possui problemas de aprendizagem por causa da falta de audição. (ARAÚJO, SILVA E SOUZA, 2018, p.10)

Esse conceito antigo, que já foi desmistificado, ainda parece não ter mudado para alguns docentes que trabalham diretamente com esse público. A falta de contato com a língua de sinais feita de forma precoce é que prejudica o aprendizado da criança surda.

Como sabemos, vivemos na atualidade um novo cenário educacional, hoje a proposta de inclusão baseada na Declaração de Salamanca está sendo cada vez mais difundida. Segundo a Declaração de Salamanca:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, econômicas, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minoria linguística, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.11)

É fundamental que a inclusão escolar ocorra, no entanto, é importante, também, que esta inclusão aconteça de fato.

A inserção de estudantes surdos na sala de aula regular passa por uma discussão muito além do que é visto, pois apenas incluir o estudante surdo em salas regulares sem dar subsídios para ele se desenvolver não proporcionará resultados positivos. Os princípios de normalização é o que rege a integração e a inclusão, tal princípio oferece a esses estudantes recursos institucionais e profissionais adequados para que se desenvolva como pessoa, estudante e cidadão. (ARAÚJO, SILVA e SOUZA, 2018, p.11)

Para que a inclusão do aluno surdo ocorra de forma qualitativa, é fundamental a presença de um intérprete de Libras, no entanto, é importante também que este aluno tenha sempre o ensino direcionado para a Libras, pois, se ele não possuir o domínio da Língua brasileira de sinais, o ensino de qualidade não acontecerá.

A educação inclusiva objetiva constituir políticas públicas que ofereçam educação de qualidade para todos os alunos, atendendo às especificidades de cada um. Constitui-se em um paradigma educacional também fundamentado por leis. Ainda que o acesso à educação já seja universalizado, continuam sendo excluídos indivíduos fora dos padrões historicamente considerados adequados pela escola. (ALMEIDA e FONSECA, 2015, p. 05)

Os alunos surdos no ambiente escolar são minoria e para que a educação inclusiva atenda às especificidades de cada discente precisa-se fazer a adaptação curricular, na qual tenha a proposta de pareamento da língua alvo durante toda fase de educação do aluno surdo.

Legalmente falando, a inclusão escolar está muito bem amparada, no entanto, a inclusão na prática, o acolhimento do aluno surdo em sala, a aprendizagem qualitativa da Libras para esse aluno são, ainda, uma utopia. Para conscientizar sobre a diversidade, é preciso que ocorra uma transformação nas formas dos processos avaliativos, nas estruturas físicas do ambiente escolar, nos currículos de ensino, mas fundamentalmente na questão atitudinal, são as atitudes de intolerância e de aversão ao novo que precisam ser eliminadas para que o verdadeiro processo inclusivo ocorra, e isso já não é mais uma questão de opção é uma necessidade.

Uns docentes dizem não estar preparados para receber alunos com alguma deficiência em sala, esses docentes não veem o benefício que a diversidade oferece, tanto para o aluno surdo, como para o aluno considerado “normal”, não entendem que a educação está muito além do simples transferir conhecimento.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nos mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade do meu eu. (FREIRE, 2004, p.41)

A formação dos docentes seja nas áreas das disciplinas específicas ou na pedagogia é ainda insuficiente no que se refere à educação inclusiva. Isso se dá pelo fato de muitos docentes ainda acreditarem em fórmulas prontas, não entenderem que a educação é praticada exclusivamente para cada aluno, pois, cada pessoa é única e tem seus próprios conhecimentos, cada aluno tem sua necessidade. As barreiras, principalmente, atitudinais precisam ser

eliminadas “de modo a assegurar à pessoa surda o acesso à comunicação mediante a sua língua, Libras.” (ALMEIDA e FONSECA, 2015, p. 05)

## 2.5 Escola inclusiva ou escola bilíngue

No contexto de escola inclusiva, é importante a compreensão do processo de inclusão escolar e de que forma ela se desenvolveu.

Em 1994, em Salamanca, mais de 92 governos representados por mais de 300 pessoas e 25 organizações internacionais, juntamente com a Unesco, nesta reunião foi objetivado que seria lançado uma declaração que instasse a Educação para Todos, dando destaque para a Educação Inclusiva, a proposta era capacitar as escolas para que estas instituições atendessem todas as crianças em especial as que possuem necessidades educacionais especiais.

A escola inclusiva visa promover a inclusão e ensinar a viver com as diferenças a constituição brasileira de 1988 garante o direito à educação regular a todos, sem exceção, além de deixar claro que as crianças com necessidades especiais têm direito a um atendimento especializado. (CARVALHO e SILVA, 2014, P. 02 e 03)

O propósito da declaração é promover educação para todas as pessoas, a escola é um espaço social onde é preciso que haja convívios entre as diferenças é importante, no entanto que estas escolas estejam preparadas para receberem estes alunos.

Muitos alunos surdos estão inseridos em escolas regulares e fazem parte do processo de inclusão, Filha (2011) afirma que o último senso divulgado com número exato para cada tipo de deficiência em 2007, revelou que havia 6574 alunos matriculados na educação básica com problemas auditivos e desses 32,284 eram surdos. (CARVALHO e SILVA, 2014, p.04)

No que se refere à educação inclusiva e atendimento diferenciado as pessoas surdas é possível encontrar duas vertentes uma que defende a inclusão e a outra que defende a escola bilíngue. “

Aqueles que defendem a educação inclusiva de surdos e lutam para que a escola regular continue sendo direito de todos e os surdos tenham a oportunidade de estudarem com alunos ouvintes.” (CARVALHO e SILVA, 2014, p. 04)

E a outra ideia evidencia que:

O surdo precisa de um ambiente especializado para se desenvolver melhor, que uma escola com caráter separatista é a melhor opção para o surdo desenvolver sua língua e cultura, estes enxergam o surdo como um povo de uma cultura diferenciada com língua própria e afirmam que os mesmos precisam desse espaço educacional para reafirmar-se como indivíduos surdos, um espaço onde surdos estudem com surdos. (CARVALHO e SILVA, 2014, p.05)

Machado (2006), após análises realizadas, constatou que as escolas regulares acabam privando o aluno surdo de conviver e se relacionar com outros surdos. É por meio desses contatos que o aluno compreende a sua cultura, constrói sua identidade, participa do grupo social.

De acordo com a opinião do surdo, as condições disponibilizadas na escola regular não correspondem às suas necessidades de aprendizagem. A escola para surdos, como sugerem os entrevistados parece assim apresentar a única opção de ensino para esses alunos. Na verdade, o fundamental é assegurar as condições necessárias ao seu desenvolvimento tais como: a língua de sinais como principal meio de comunicação e ensino, a capacitação dos professores nessa língua e na cultura surda, a proposição de um currículo que contemple as especificidades do aluno surdo e sua cultura, o estudo das línguas, utilizando-se o método construtivo entre os sistemas linguísticos (Libras – Português). Nas correções escritas na língua portuguesa e a abertura de espaço para a organização da comunidade surda e para as manifestações culturais dessa comunidade (CARVALHO e SILVA, 2014, p.10)

É fundamental destacarmos a cultura surda e sua importância para as pessoas surdas.

Durante muitos anos os surdos aceitaram a opressão da camada ouvinte, estigmatizados sofreram preconceitos, e aceitaram sem questionar a nomenclatura de deficiente. Mas os últimos estudos, não só de pesquisadores envolvidos no assunto, mas de próprios surdos que chegaram às universidades, surgem novas ideias que essa deficiência auditiva na verdade é uma “cultura surda” (CARVALHO e SILVA, 2014, p.10)

Segundo Oliveira e Oliveira (2011), entre os anos de 1998 a 2008, nasce o conceito da cultura surda, e a Libras passa a ser evidenciada como a língua primeira nessa cultura.

O termo deficiente auditivo, para Felipe (2001), define aquela pessoa que não utiliza da Libras como língua e não frequentam associações voltadas para a cultura surda. “

Compreendem-se como deficientes auditivos aqueles que se encontram na tênue linha que divide o mundo ouvinte e conseqüentemente rejeitaram o mundo dos surdos e sua identidade”. (CARVALHO e SILVA, 2014, p.11)

Por meio da cultura surda, o indivíduo se entende e se aceita como surdo, não se atém a uma condição patológica de ser incapaz, de deficiente, o qual precisa ser curado por meio de terapias da fala, de próteses, entre outras. (EIJ, 2018, p.01)

Hoje, novas bandeiras são defendidas e conquistadas pelas comunidades surdas. Do coitadinho ao sujeito de direitos, da diversidade à diferença (diferença em sua acepção radical, e não como mera continuidade discursiva da deficiência), das exigências da fala ao reconhecimento das línguas de sinais, da reabilitação à valorização de uma identidade própria, e da inculcação de padrões ouvintes à valorização do “ser Surdo” uma série de rupturas realçaram-se nas últimas décadas. Novos termos são propostos, antigas ideias são revistas. A urgência de outros olhares evidencia-se pelo fracasso perpetuado por velhas políticas de inclusão, que

implicam – e implicaram – inúmeros prejuízos para muitos surdos. (EIJ, 2018, p. 01)

Segundo o autor, a surdez transcende as amarras da área da biomedicina e passa para o domínio cultural, afirma que “ser Surdo” é entendido como o modo dessa pessoa ser, de existir, tendo como base a experiência visual e no uso da língua de sinais, e o “ser Surdo” “legitima-se mais como um atributo cultural construído historicamente que como uma experiência única e inexorável de um corpo mutilado” (EIJ, 2018, p.01)

A FENEIS é uma entidade não governamental que constantemente promove eventos para que a cultura surda seja cada vez mais difundida e evidenciada. Fundada em 1987 ela:

Promove convênios com empresas e instituições que dão a oportunidade de emprego para surdos e também abre espaços para eventos como debates, seminários, congressos nacionais e internacionais que têm como tema defender os direitos dos surdos em relação à sua língua, o investimento de intérpretes nas escolas e estabelecimentos públicos, programas de televisão legendados, assistência social, jurídica e trabalhista e uma educação de qualidade com os recursos necessários e profissionais capacitados (CARVALHO e SILVA, 2014, p.13)

É importante destacar que o surdo pertence à cultura de seu país como os demais cidadãos, veste-se como estes cidadãos, gosta de futebol (surdos brasileiros), mas se diferencia por pertencer ao grupo da cultura surda, onde a afirmação da sua identidade se dá pela luta contra muitos estigmas e pela comunicação por meio de Libras.

Enfim, após serem evidenciados alguns pontos a respeito da cultura surda, fica claro que:

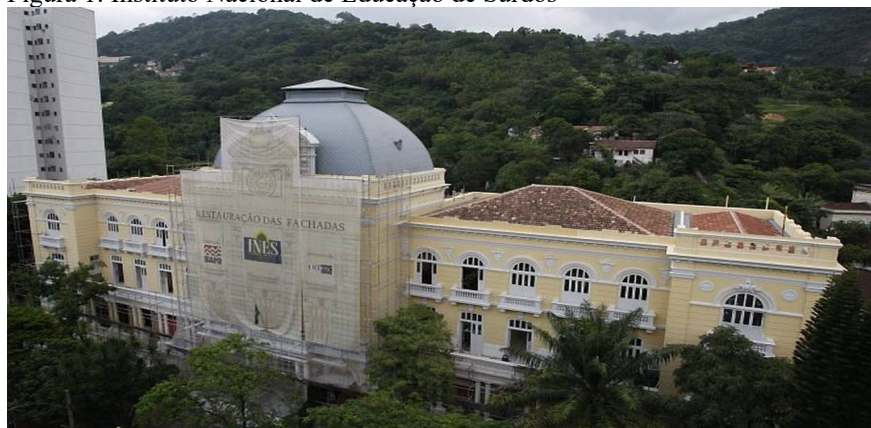
Eles não se consideram deficientes, apenas diferentes, e diferentes por acreditarem possuir uma diferença linguística. Enquanto forem tratados como deficientes e englobados os conceitos gerais de educação inclusiva, haverá um choque de opiniões. Passar a ver o surdo como diferente pode ser uma forma de olhar o surdo como ele quer ser visto. Também foi possível perceber que suas dificuldades de comunicação são diminuídas com o uso da língua de sinais e com a utilização da mesma eles se organizaram ao longo dos anos e hoje possuem uma organização forte e surpreendente para quem no passado foi visto de forma estigmatizada e preconceituosa. (CARVALHO e SILVA, 2014, p.14)

E essa identidade cultural precisa resistir sempre, pois é por meio dessa identidade que muitos estigmas e ideias preconceituosas serão eliminadas, a luta é longa, mas tem que ser constante e gradativa.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi o primeiro instituto inaugurado no Brasil com a proposta de educação de surdos.



Figura 1: Instituto Nacional de Educação de Surdos



Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/ministro-recomendou-escola-regular-para-surdos-2801493>

A primeira denominação desse instituto era Colégio Nacional para Surdo Mudos de ambos os sexos. E foi em 2010 que ocorreu um grande manifesto pelo não fechamento da INES a proposta de fechamento se deu durante a realização da Conferência Nacional de Educação CONAE 2010, onde foi elaborado o PNE (Plano Nacional da Educação). “Este evento marcou um retrocesso na educação de Surdos, a partir do momento em que a proposta dos delegados surdos presentes nesta conferência não foi atendida.” (CAMPELLO e REZENDE, 2014, p.73)

Dentre os acontecimentos ocorridos nesta conferência cabe destacar que:

Os delegados surdos pediram a inclusão da seguinte emenda ao documento da CONAE 2010, que seria a base para o Projeto de Lei do PNE: Garantia às famílias e aos surdos do direito de optar pela modalidade de ensino mais adequado para o pleno desenvolvimento linguístico, cognitivo, emocional, psíquico, social e cultural de crianças, jovens e adultos, garantindo o acesso à educação bilíngue – utilizando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a língua portuguesa. (CAMPELLO e REZENDE, 2014, p.74)

A equipe da SEESP tentou sabotar o pedido dos delegados surdos e distribuiu panfletos entre os delegados no qual dizia que a rejeição da emenda era necessária sob a justificativa que esta emenda reforçava a ideia da escola segregadora e contrariava a concepção da educação inclusiva.

Depois do ocorrido e de muitas mobilizações feitas na defesa da escola bilíngue INES em 30 de maio de 2012 a comunidade surda recebe a notícia pelo jornal da câmara que o ensino especial e escolas bilíngues para surdos são incluídos em metas do Plano Nacional de Educação. “Um avanço e tanto considerado o Projeto de Lei originalmente apresentado pelo



MEC ao congresso que havia confiscado as escolas bilíngues de surdos reivindicadas na CONAE.” (CAMPELLO e REZENDE, 2014, p.87)

A comunidade surda enfatiza que a luta pela preservação da língua de sinais não se trata de defender ou não a educação inclusiva ou especial, “queremos uma educação linguística, uma política linguística traçada pelo nosso ‘ser Surdo’” (CAMPELLO e REZENDE, 2014, p. 87)

Tanto que lutamos para que fosse criado o grupo de trabalho no Ministério da Educação em que a Feneis tivesse a representação maior para traçar metas e recomendações para a realização da Política Linguística, Enfatizamos, neste GT, a desvinculação da educação linguística de surdos da educação especial, por não vermos sentido que sejamos alocados e programados pela Diretoria de Políticas da Educação Especial, pois esse historicismo tem rendido à nossa educação a imposição de uma política de educação inclusiva que ora aloca os alunos surdos em escola comum com o Atendimento Educacional Especializado, entendido como oferta educacional esporádica e fragmentada, no contra turno da aula, realizada durante poucas horas por semana, sem atender a nossa necessidade de uma Identidade linguística da comunidade surda. (CAMPELLO e REZENDE, 2014, p.88)

A luta é contínua em prol da educação bilíngue e é também incessante:

Estamos construindo a nossa política da verdade: as escolas bilíngues de surdos não são segregadas, nem segregadoras e nem segregacionistas como tem alardeado tanto o ministério da educação: pelo contrário são espaços de construção do conhecimento para o cumprimento do papel social de tornar os alunos cidadãos verdadeiros, conhecedores e cumpridores dos seus deveres e defensores dos seus direitos, o que, em síntese, leva à verdadeira inclusão. (CAMPELLO e REZENDE, 2014, p.89)

Segundo uma pesquisa realizada na área da psicologia, a qual avaliou mais de 9 mil alunos surdos em 15 estados brasileiros, a avaliação do resultado no que diz respeito a educação bilíngue foi a seguinte:

Como 95% das crianças surdas nascem de pais ouvintes, é nas escolas de educação infantil e ensino fundamental bilíngues que eles irão adquirir e desenvolver a Libras. Se as escolas forem fechadas, as crianças surdas que vêm de lares ouvintes não mais saberão a Libras, e para que seriam necessários interpretes? Para interpretarem aulas para uma língua que nem elas próprias terão tido chance de aprender já que foram privados da escola bilíngue? Fechar as escolas de educação infantil e ensino fundamental bilíngue é privar a criança surda de escola pública de adquirir e desenvolver a linguagem. Mesma se todas as crianças com perda auditiva congênita bilateral profunda (a população majoritária dessas escolas) recebam implantes cocleares (e isso não ocorre, pois há riscos de exclusão bem definidos), se todos esses implantes fossem bem-sucedidos (o que também não ocorre) e se tivessem acesso a programas de reabilitação auditiva intensiva e prolongada ainda assim haveria necessidade de libras para muitas delas (CAPOVILLA, 2011, p.10)

Ainda tendo como base o estudo do psicólogo e professor, estudo este que teve duração de 10 anos (2001 até 2011), ele fala sobre a diferença da inclusão escolar para o deficiente auditivo.

Deficientes auditivos preferem a inclusão e vão melhor em inclusão. Eles se ressentem se foram tratados como surdos que precisam de sinais – e com razão – e

se identificam com a cultura dos ouvintes, tendo pleno direito de fazê-lo. Esses deficientes querem escola comum e se beneficiam muito do AEE (atendimento Educacional Especializado). (CAPOVILLA, 2011, p.09)

No entanto, quando o assunto é a criança surda, por meio da pesquisa, a preferência deles é da escola bilíngue, pois:

Os surdos se desenvolve mais e melhor nelas. Eles se ressentem se forem tratados como deficientes auditivos que não precisam de sinais - e com razão - e se identificam com a cultura dos surdos tendo pleno direito de fazê-lo. Os surdos precisam de escola bilíngue para surdos e se sentem angustiadamente perdidos se forem retirados de suas comunidades e colocados em meio a professores e colegas ouvintes que eles não entendem (já que a leitura orofacial só emerge nos estágios finais da alfabetização). Eles são incapazes de compreendê-los por desconhecerem Libras. (CAPOVILLA, 2011, p.11)

O professor e psicólogo explica que os surdos não são desfavoráveis à inclusão, no entanto eles exigem uma inclusão plena e não pela metade, eles não aceitam o “exclusivismo doutrinário”, os surdos exigem a inclusão da criança surda e da sua língua materna, ou seja, da Libras.

A educação na língua materna é garantida constitucionalmente aos povos indígenas os surdos gostariam de ser tratados do mesmo modo, já que seu idioma é indígena (num certo sentido, ele pode ser considerado como sendo mais brasileiro que o próprio português) e reconhecido por lei federal. (CAPOVILLA, 2011, p.11)

Segundo estudos expostos acima, fica evidenciado que a educação bilíngue é fundamental para a criança surda se entender como surda e se aceitar como surda, na sua diferença e não na sua deficiência, a educação inclusiva é bem vinda em alguns casos como foi exposto pelo psicólogo e professor Capovilla, no entanto não pode ser generalizada, uma vez que estaria destruindo a toda uma cultura, a cultura surda, que, como verificamos na última citação, é uma cultura que merece ser preservada e respeitada pois é uma cultura tão importante quanto a nossa cultura indígena.

## 2.6 Os desafios do intérprete de Libras nos cursos técnicos

A atuação do intérprete de Libras tanto no meio acadêmico, como nas escolas técnicas é o que media as informações, os diálogos e os conhecimentos entre o professor e os outros alunos com o aluno surdo. É este profissional que interpreta explicações, indagações, conteúdos e as questões feitas pelo surdo. “O intérprete pode contribuir para a redução dos efeitos gerados pela não partilha de uma língua com a comunidade acadêmica. (HIRATA, DUTRA e STORTO, 2013, p.213)

Assim, o intérprete de Libras deve atuar como mediador entre o aluno surdo e seus professores, colegas e outros, de modo a facilitar a comunicação entre eles, de maneira nenhuma o intérprete deve exercer o papel do professor, ou seja, a ele não cabe mediar o processo de ensino aprendizagem do estudante surdo em quaisquer níveis de ensino. Logo, o intérprete não substitui o professor, mas auxilia em seu trabalho, afinal a interação social e comunicativa do aluno surdo com seus professores (e com outros alunos e funcionários das instituições de ensino é imprescindível e indiscutível para o processo de ensino e aprendizagem e para que seja desenvolvida uma prática pedagógica crítica, participativa, criativa e autônoma (HIRATA, DUTRA e STORTO 2013, p.213)

Um dos norteadores importantes para o Interpretete de Libras é o seu próprio código de ética. O código de ética orienta o intérprete na sua atuação e faz parte do Regimento Interno do Departamento Nacional de Interpretete (FENEIS) e foi aprovado no II Encontro Nacional de Interpretetes em 1992 no Rio de Janeiro.

No capítulo número 1 é falado sobre os princípios fundamentais do Intérprete e são eles:

Artigo 1o. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;2o. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;3o. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade (QUADROS 2004, p. 32)

Esse profissional segundo o artigo 4º precisa ser muito prudente ao aceitar as tarefas e ele ofertadas, precisa reconhecer seu nível de competência e precisa procurar sempre auxílios de outros profissionais e/ou interpretes, se achar necessário. No artigo 5º é levantada a conduta do intérprete no seu modo de se vestir, “Sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função” (QUADROS 2004, p.32)

Como mencionado nos capítulos anteriores, é cada vez mais comum se ouvir falar de inclusão escolar, seja no ambiente escolar de nível fundamental, de nível médio, superior e técnico, e isso é um progresso, pois desde 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante em seu artigo 26º, no item 1, que “toda a pessoa tem direito à educação”, mas no que se refere a direito das pessoas surdas o decreto de nº 5.626/2005 o qual regulamentou a lei nº 10436/2002 dispõe do reconhecimento da Libras e assegura o direito da pessoa surda em se comunicar em sua língua, em qualquer nível de escolaridade.

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (BRASIL, 2005)

Por meio dessa Lei, a qual garante a educação e a permanência do aluno surdo em ambiente escolar, a presença do intérprete de libras nesses ambientes se torna obrigatória, para que se possa atender as condições pedagógicas para o desenvolvimento da aprendizagem desse aluno surdo. O intérprete então executa a função de mediador entre o aluno surdo e o contexto educativo.

Ser intérprete de Língua de Sinais é muito mais do que ser identificado pela língua que fala, muito mais do que estar presente nas comunidades surdas ou ainda estabelecer um elo entre mundos linguísticos diferentes. Ser intérprete é conflitar sua subjetividade de não surdo e surdo, é moldar seu corpo a partir da sua intencionalidade, reaprender o universo do sentir e do perceber, é uma mudança radical onde a cultura não é mais o único destaque do ser. (MARQUES e OLIVEIRA, 2009, p.396 e 397)

Um dos mitos que existe no que diz respeito ao intérprete de Libras é que ele tem a função de ensinar o aluno surdo, mas ele não tem, pois como o próprio nome diz o intérprete interpreta a língua falada ou a língua de sinais, cabe ao professor de libras a função de ensinar ao aluno surdo a Língua de sinais. Para o Intérprete de Libras cabe a interpretação e a interpretação:

Envolve um ato COGNITIVO-LINGÜÍSTICO, ou seja, é um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas e que utilizam línguas diferentes. O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (QUADROS, 2004, p. 27)

Um dos grandes desafios do intérprete de Libras que exerce sua função em ambientes técnicos está no próprio sujeito surdo, esse desafio não é um desafio de caráter cultural, social ou econômico, mas sim, no que se refere à formação desse aluno surdo no ensino fundamental e médio, pois esses alunos vieram em sua maioria de escolas ditas inclusivas onde a maioria dos alunos eram ouvintes, e esses alunos surdos não vêm com uma proficiência de qualidade no que se refere a Libras.

E o aluno não vindo com o domínio de Libras para o ensino técnico acaba comprometendo o trabalho do intérprete de Libras, pois este, muitas vezes, terá que parar a mediação para ensinar ao aluno o que significa determinado sinal e, em outras vezes terá que

fazer uso de classificadores de expressões ou gestos caseiros para fazer com que a comunicação ocorra. No entanto, nessas situações, o Intérprete se vê diante de um impasse, pois, na ética é reforçada ao intérprete a fidelidade ao se precisa ser traduzido, mas muitas vezes se ele for fiel a determinadas expressões, o contexto sairá sem fundamento.

## 2.7 Conclusão do Capítulo

Iniciamos o capítulo falando sobre o intérprete de Libras e sobre o que é a língua (contexto geral) e sobre o que especificamente a língua de sinais, destacam-se também os trabalhos dos primeiros profissionais interpretes de Libras que trabalharam no Brasil, também abordamos sobre a lei 10.436 de abril de 2002.

Na segunda seção, falamos sobre Libras e o que é a língua de brasileira de sinais e que além da Libras no Brasil também é a língua Kaapor. Foram mencionados alguns mitos e as suas desmistificações sobre a deficiência auditiva e a surdez, sobre o processo de aprendizado do aluno surdo na escola regular e sobre as muitas concepções equivocadas que ainda muitos docentes têm. Falamos sobre a importância do processo inclusivo nas escolas, mas enfatizamos sobre o processo inclusivo de fato.

Abordamos a importância da educação bilíngue para as pessoas surdas, o quanto esse processo educativo é importante para deixar viva a cultura e a identidade surda. É por meio da cultura que a pessoa surda se entende e se aceita como surda e não se entende como um ser incapaz, que precisa ser curado, é a aceitação da pessoa em ser surda e isso acontece de forma natural, se essa pessoa estiver junta com os seus iguais e a escola bilíngue é fundamental nesse processo.

E, na última seção, fala-se sobre o desafio do intérprete de Libras no ambiente escolar dos cursos técnicos, desafios estes muitas vezes impostos pela falta de entendimento do aluno surdo com a Libras.

### 3. A PESQUISA

#### 3.1 Introdução

Nesse capítulo, falaremos sobre a abordagem da pesquisa, sobre como faremos o corpus da pesquisa, qual é o método da presente pesquisa e como faremos os procedimentos da análise de dados

#### 3.2 Abordagem da pesquisa

A presente pesquisa tem sua abordagem de caráter qualitativo.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.32)

Usa-se, também, na presente pesquisa, a abordagem do tipo quantitativa uma vez que apresentaremos muitos resultados em forma de percentual.

A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.33)

Quanto a sua natureza é de natureza básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.34)

#### 3.3 Corpus da pesquisa

O corpus do trabalho ficou constituído teoricamente pelo referencial bibliográfico de alguns autores, dentre eles estão Quadros (2009), Lei Federal de nº 10.436, Carvalho e Silva (2014), Furlan (2008), Campello e Rezende (2014), Almeida e Fonseca (2015), Capovilla (2011), Alves, Magalhaes e Pagano (2000), Aubert (1993) e outros.

### 3.4 Método da pesquisa

O trabalho se configura em uma pesquisa exploratória, pois tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.35).

Nessa pesquisa realizamos o levantamento bibliográfico e questionários com as pessoas que tem contato com a situação problema proposta, e finalmente, por meio da análise dos exemplos colhidos através dos questionários, explicaremos os resultados alcançados com a pesquisa.

Os questionários feitos nessa pesquisa foram realizados com 3 grupos distintos, o primeiro grupo que terá a nomenclatura de G1 (grupo 1) é composto por pais e/ou responsáveis pela pessoa surda que estuda na escola técnica. O grupo denominado de G2 (grupo 2) é composto pelos próprios alunos surdos da mesma escola técnica. O grupo denominado G3 (grupo3) é composto por TILS (Tradutores e Interpretes da Língua de Sinais) que trabalham em instituições: federal, estadual, municipal, privada, entre outras.

A pergunta problema norteadora da pesquisa é: qual é o nível de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) que os alunos surdos tiveram no ensino regular? Como a família, os alunos e os Tradutores e intérprete de Libras opinam sobre a qualidade desse ensino?

Estabeleceu-se como hipótese que a educação regular baseada no contexto inclusivo para esses alunos surdos não foi qualitativa. Segundo Minayo (1992), a hipótese é afirmações de caráter provisório do problema levantado no assunto.

A pesquisa teve como objetivo demonstrar que os desafios enfrentados pelo profissional tradutor e intérprete de língua de sinais são problemas comuns e frequentes. Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são: o domínio (ou não) da Libras pelo aluno surdo, a opinião desses alunos surdos e dos pais e/ou responsável sobre o processo de aprendizagem pelo qual os alunos surdos passaram, e, no que se refere ao questionário para o G3, os objetivos específicos são as dificuldades encontradas no ambiente escolar e qual as estratégias que esses profissionais utilizam para facilitar o processo tradutório em sala de aula.

Os dados coletados para a realização da pesquisa foram pela utilização de métodos científicos, ou seja, foram analisados diversos artigos científicos, reportagens de jornal, periódicos e livros que vinham ao encontro com o tema proposto, as pesquisas envolveram os temas: Inclusão, Escola Bilíngue, Tradução, Interpretação, TILS, Leis Federais, entre outros.

Também foi utilizada a pesquisa de campo, pois, como mencionado, fizemos uso de

questionários, nos quais foram levantadas perguntas pertinentes para o desenvolvimento da pesquisa, e estes foram entregues em mãos para os respectivos grupos.

### 3.5 Procedimento da Análise de dados

Quanto ao questionário, a proposta inicial seria a aplicação do mesmo para um público de 10 pessoas, pessoas essas que seriam pais e/ou responsáveis do aluno surdo, no entanto obtivemos 8 questionários respondidos. Esse grupo, como mencionado, será denominado G1. O perfil dos alunos surdos que responderam ao questionário são alunos que frequentam a escolas técnicas e têm de 14 a 19 anos. O método utilizado para proceder com a pesquisa foi satisfatório, no entanto, como sugestão, em um segundo momento se faria necessária a aplicação dos questionários, executada de maneira antecipada e que abrangesse mais pessoas de cada grupo.

No grupo denominado G2, a proposta seria de 10 questionários respondidos, no entanto conseguiu-se 5, esse é o grupo denominado G2.

E no Grupo denominado G3, composto pelos profissionais da área de interpretação de Libras, a proposta eram de 10 questionários respondidos, tivemos a devolutiva de 7 questionários.

Os questionários realizados para o G1 e G2 tinham as mesmas perguntas, descritas a seguir:

#### QUESTIONÁRIO:

(Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: O trabalho do Intérprete de Libras e seus desafios com relação ao aluno surdo e sua proficiência no domínio da Língua brasileira de sinais nos cursos técnicos).

Pergunta 1: Qual seu nome? Qual seu parentesco com o estudante?

Pergunta 2: Você consegue entender tudo que lhe é comunicado pela pessoa surda (ouvinte)?

Pergunta 3: O uso da Libras é utilizado constantemente no ambiente familiar?

Pergunta 4: Numa escala de 0 a 10 qual a nota que melhor definiria na sua opinião o processo de inclusão que ele (a) teve no ensino regular?

Pergunta 5: alguma vez ele (a) demonstrou algum tipo de frustração relacionado ao curso técnico?

Pergunta 6: No caso afirmativo da pergunta anterior ele (a) relatou o porquê da frustração?



Pergunta 7: O que, na sua opinião poderia ser feito para que, a pessoa em questão pudesse ter uma aprendizagem mais efetiva e mais qualitativa?

Como pode-se observar o questionário é composto por 7 perguntas temos 3 perguntas abertas (número 1, 6 e 7) e 4 perguntas fechadas (número 2,3,4,5) e esse questionário foi disponibilizado de forma impressa.

Os questionários destinados ao G3 tinham as seguintes perguntas:

(Pesquisa referente ao trabalho de conclusão de curso: A pesquisa está relacionada ao trabalho de intérprete de Libras e seus desafios com relação ao aluno surdo e sua proficiência no domínio da Língua brasileira de sinais nos cursos técnicos).

Pergunta 1: Sexo:

Pergunta 2: Idade

Pergunta 3: Sua escolaridade:

Pergunta 4: Porque motivo você aprendeu Libras?

Pergunta 5: Quantos anos de experiência você tem na área de interpretação?

Pergunta 6: Você possui formação específica em tradução e interpretação?

Pergunta 7: Em caso afirmativo, qual curso?

Pergunta 8: Quais as dificuldades que você encontra ao interpretar para o aluno que não tem domínio de Língua de sinais?

Pergunta 9: Quais estratégias que você usa para facilitar o processo tradutório em sala de aula?

Pergunta 10: Em que tipo de instituição você trabalha?

### 3.6 conclusões do capítulo

Nesse capítulo falamos sobre a abordagem da pesquisa que tem caráter qualitativo e quantitativo, e é de natureza básica, o corpus da pesquisa foi constituído por referências bibliográficas, o método da pesquisa foi a exploratória e foram aplicados questionários para 3 grupos distintos de pessoas, e o procedimento de análise de dados foi desenvolvido a partir dos questionários aplicados.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Introdução

Nesse capítulo, analisaremos os questionários dos grupos 1, 2 e 3. As perguntas fechadas de cada grupo estarão dispostas em um gráfico para que sejam todas organizadas num contexto geral de cada grupo.

As perguntas abertas de cada pessoa, as quais serão denominadas por letras e números P (pessoa) 1 (primeiro questionário) do Grupo 1 (G1) exemplo P1G1, serão descritas literalmente nas repostas de cada respectiva pergunta e os comentários serão executados nas perguntas fechadas depois de transcritas todas as respostas.

E no último capítulo concluiremos a análise de dados.

### 4.2 Análise

A pesquisa, como mencionada na seção anterior, foi de caráter qualitativo e quantitativo, de natureza básica e consiste numa pesquisa exploratória, pois tem como função tornar mais familiar a situação problema para, assim, tornar a hipótese mais evidente. Foram feitos levantamento bibliográfico e questionários para 3 grupos distintos, o Grupo 1 (G1), constituído por pais e/ou responsáveis de alunos surdos, o segundo Grupo (G2), constituído por alunos surdos, e o Grupo 3 (G3), constituído por profissionais formados ou não na área de Língua de sinais.

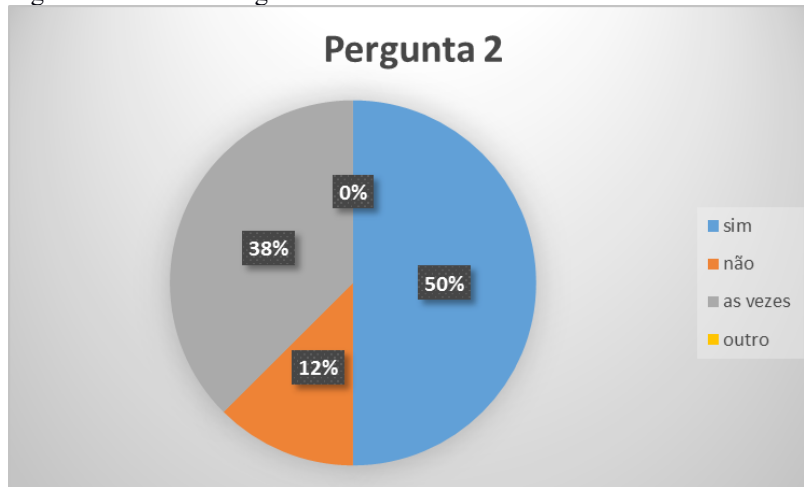
As declarações dos resultados serão dispostas da seguinte maneira, as perguntas fechadas serão apresentadas por gráficos e serão segregadas a cada grupo, as perguntas abertas de cada grupo serão descritas separadamente por pessoas do grupo que serão nominadas de P1G1, por exemplo, ou seja, Pessoa 1 do Grupo 1.

#### **Grupo 1**

A pergunta 1 consistia em identificar o nome da pessoa que estava respondendo ao questionário, na pesquisa esses nomes serão substituídos por p1, p2, p3, respectivamente até p8 do Grupo 1, exemplificando, será P1 G1.

Pergunta 2: Você Consegue entender tudo que lhe é comunicado pela pessoa surda?

Figura 2: Dados da Pergunta 2

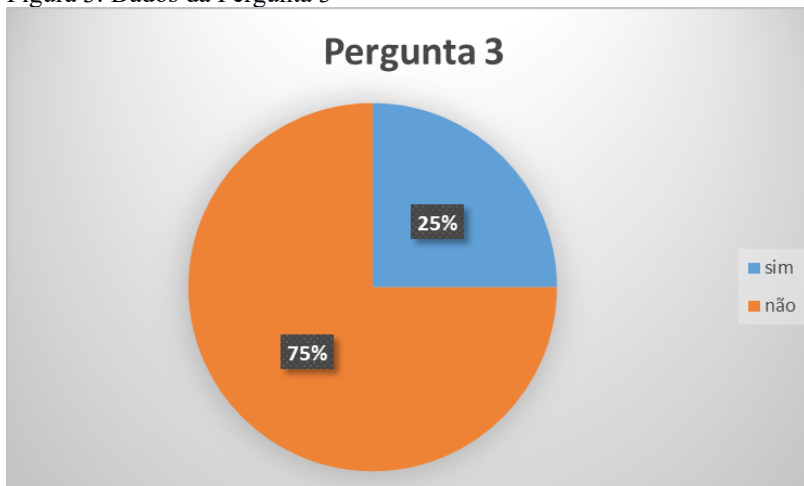


Fonte: Autora (2018)

Na segunda pergunta 50%, ou seja, a metade dos pais e/ou responsáveis afirmam entender o que é comunicado pela pessoa surda, porém é importante afirmar que não foi questionado se essa comunicação se dá pela Libras.

Pergunta 3: O uso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) é utilizado constantemente no ambiente familiar? Nesta pergunta fica mais evidente que a comunicação familiar é constantemente feita por linguagens caseiras, pois somente 25% responderam que é por meio da Libras.

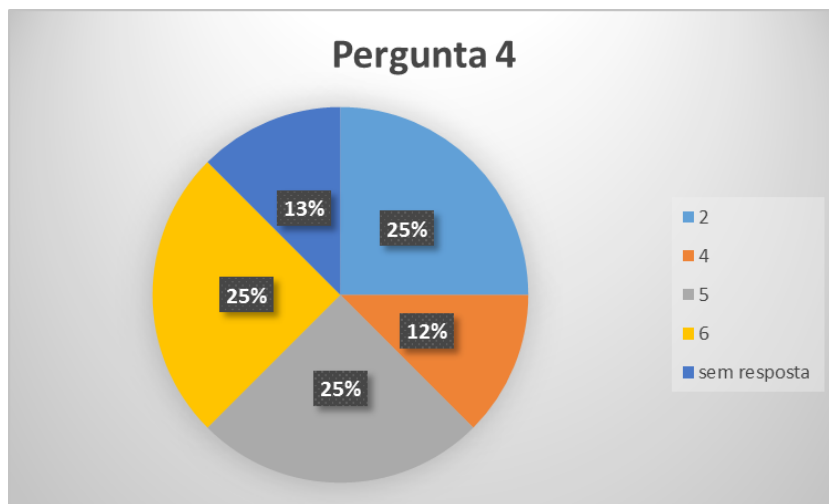
Figura 3: Dados da Pergunta 3



Fonte: Autora (2018)

Pergunta 4: Numa escala de 0 a 10 qual a nota que melhor definiria na sua opinião o processo de inclusão que ele (a) teve no ensino regular?

Figura 4: Dados da Pergunta 4

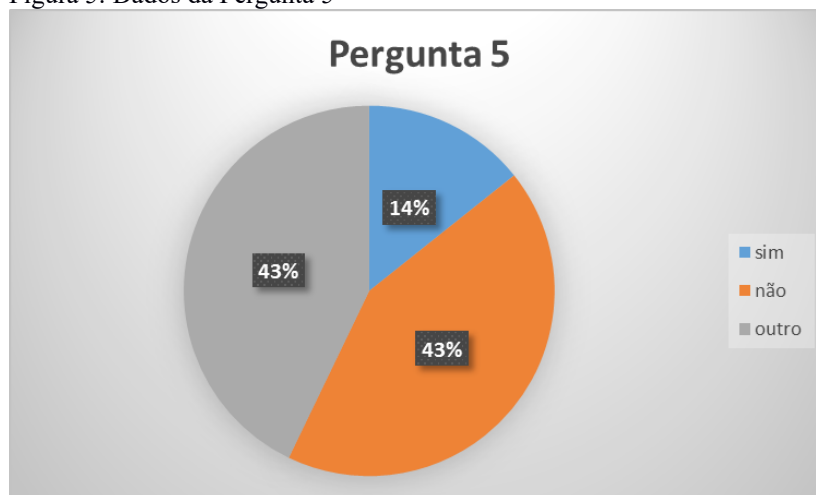


Fonte: Autora (2018)

A média da qualidade do ensino da escola regular para os pais é de 2 a 6, para 25% dos responsáveis que responderam ao questionário o ensino tem nota 6, ou seja, o processo de inclusão para as pessoas que responderam o questionário tem um desempenho regular.

Pergunta 5: Algumas vezes ele (a) demonstrou algum tipo de frustração relacionado ao curso técnico?

Figura 5: Dados da Pergunta 5



Fonte: Autora (2018)

Nota-se que apenas 14% dos pais e/ou responsáveis percebeu algum tipo de frustração do aluno surdo para com a educação do ensino técnico,

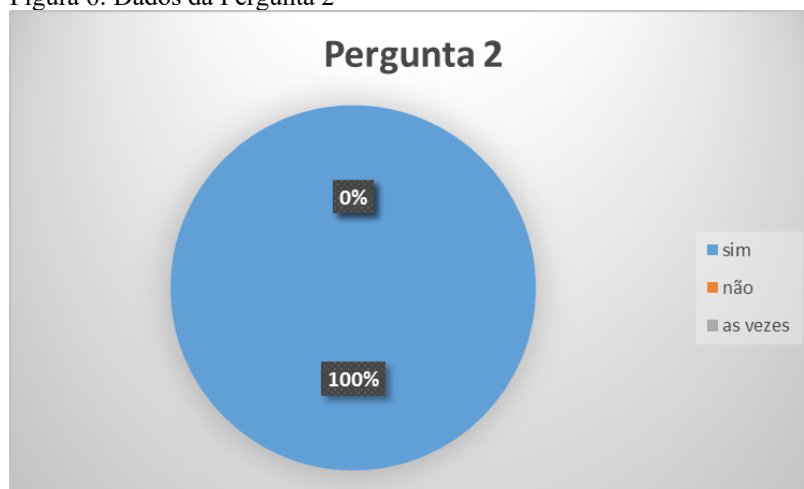
Nas respostas abertas num contexto geral pode-se observar que a resposta dos pais e/ou responsável em sua maioria reivindica uma educação inclusiva mais qualitativa, alegando que a verdadeira inclusão não ocorre. Observa-se na resposta da P1G1 uma reivindicação para que haja mais cursos direcionados às pessoas com deficiência. A P3G1 comenta que deveriam existir mais profissionais aptos para receber o aluno surdo. E a P5G1 solicita que os colegas de seu filho também deveriam dominar a língua de sinais.

### Grupo 2:

O questionário, como mencionado anteriormente, foi o mesmo aplicado ao G2, a pergunta de número 1 consistia em identificar a pessoa que estava respondendo ao questionário, porém na pesquisa essas pessoas receberam a denominação P1G2, P2G2, respectivamente, até a P5G2.

Pergunta 2: Você Consegue entender tudo que lhe é comunicado pela pessoa ouvinte?

Figura 6: Dados da Pergunta 2

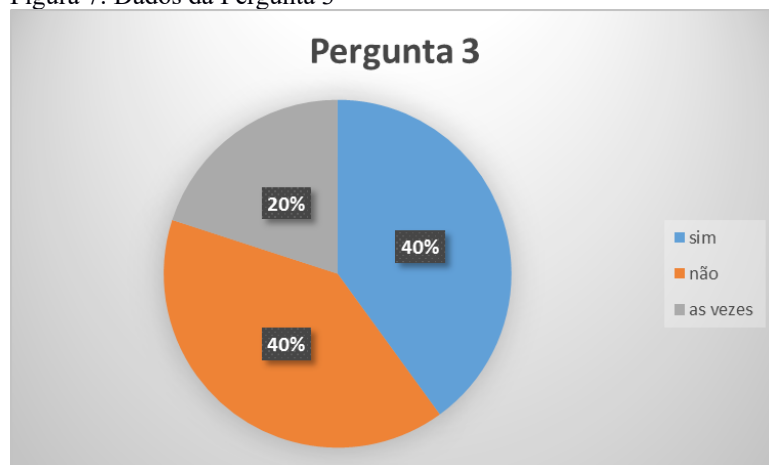


Fonte: Autora (2018)

Observa-se aqui que não foi questionado se esse tipo de comunicação era exclusivo da Libras, logo esse 100% de comunicação pode ser feito por gestos caseiros.

Pergunta 3: O uso de Língua Brasileira de Sinais (Libras) é utilizado constantemente no ambiente familiar?

Figura 7: Dados da Pergunta 3



Fonte: Autora (2018)

Nota-se que menos da metade dos alunos entrevistados faz o uso da Libras frequentemente.

Pergunta 4: Numa escala de 0 a 10 qual a nota que melhor definiria na sua opinião o processo de inclusão que ele (a) teve no ensino regular? (Nota 0 cem por cento)

Figura 8: Dados da Pergunta 4



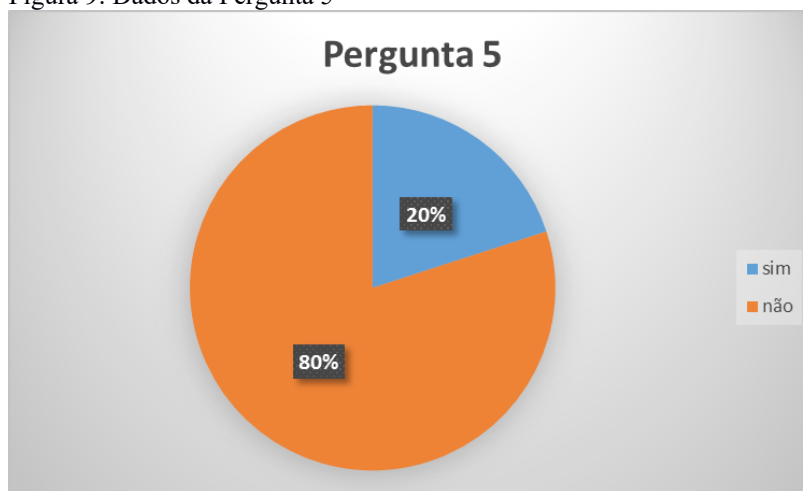
Fonte: Autora (2018)

É perceptível nessa resposta que todos os alunos responderam ao questionário não se

sentiram satisfeitos de maneira alguma com o processo inclusivo que eles tiveram no ensino regular.

Pergunta 5: Algumas vezes ele (a) demonstrou algum tipo de frustração relacionado ao curso técnico?

Figura 9: Dados da Pergunta 5



Fonte: Autora (2018)

Apesar de não terem um ensino aparentemente qualitativo (tendo como base a resposta anterior), os alunos surdos entrevistados (pelo menos a sua maioria) não sente nenhuma frustração no ensino técnico.

A pergunta número 6 é aberta e complementa a pergunta de número 5 a única resposta positiva foi a P3 do G2 e foi a seguinte: “Demonstrou o oralismo o que mais me frustrei”.

A pergunta número 7 que também é aberta e questiona: O que, na sua opinião, poderia ser feito para que a pessoa em questão pudesse ter uma aprendizagem mais efetiva e mais qualificativa?

A P1G2 respondeu que: “Na minha opinião para se ter uma educação voltada para os surdos com mais qualidade precisaria de profissional com proficiência, para isso nada melhor que uma banca avaliadora no momento de contratação de vaga, evitando assim aqueles que apenas tem certificado, mas não tem proficiência”.

A P2G2 respondeu que: “Qualidade, mais educação bilíngue a inclusão dá muito problema,

sala bilíngue Laguna – EJA.

A P3G2 respondeu que: “minha opinião e aprendizagem é a escola bilíngue onde todos nós temos interações, nossa primeira língua: Libras”.

A P4G2 respondeu que: “Aprendizagem melhor e a educação bilíngue. Eu fico mais satisfeita, vou estudar EJA na sala bilíngue primeira de Santa Catarina vou me qualificar mais (ela fazia referência à sala de EJA – bilíngue de Laguna)

A P5G2 respondeu que: “Mais importante é a sala bilíngue para estudo. No EJA (Laguna) os surdos têm mais união, mas qualidade tem educação bilíngue, não à inclusão”.

As respostas foram quase unânimes e foi explícita a vontade dos alunos surdos em receberem uma educação bilíngue, e eles até mencionaram o lugar em que desejariam estudar (EJA – bilíngue em Laguna Santa Catarina).

### Grupo 3:

O grupo 3, denominado G3, é constituído por pessoas que trabalham como intérpretes de Libras em instituições, tanto municipal como estadual, federal e privada. O questionário é dividido em 5 perguntas abertas e 5 perguntas fechadas totalizando 10 perguntas. As perguntas fechadas serão analisadas a partir dos gráficos, são elas as de número 1,3,4,6 e 10 e as perguntas abertas são as de número 2,5,7,8 e 9. A seguir, iniciaremos com os resultados das perguntas fechadas.

Pergunta 1: Sexo:

Figura 10: Dados da Pergunta 1



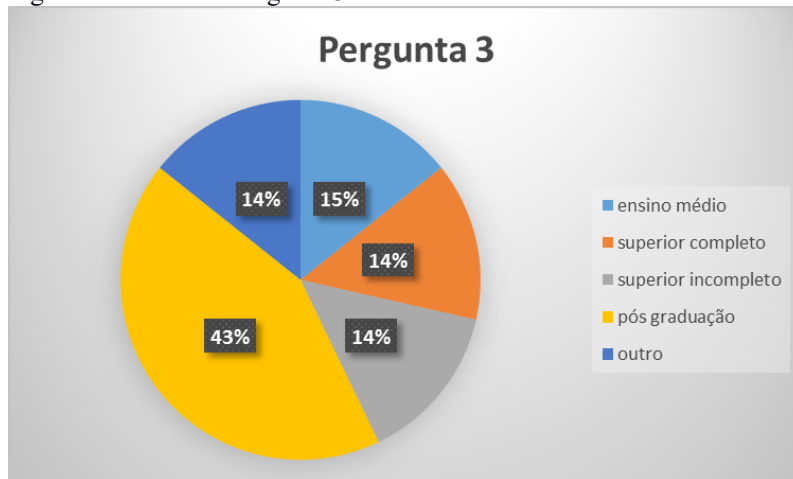
Fonte: Autora (2018)

Nota-se aqui que 100% das profissionais entrevistadas eram no sexo feminino.



### Pergunta 3: Sua Escolaridade:

Figura 11: Dados da Pergunta 3

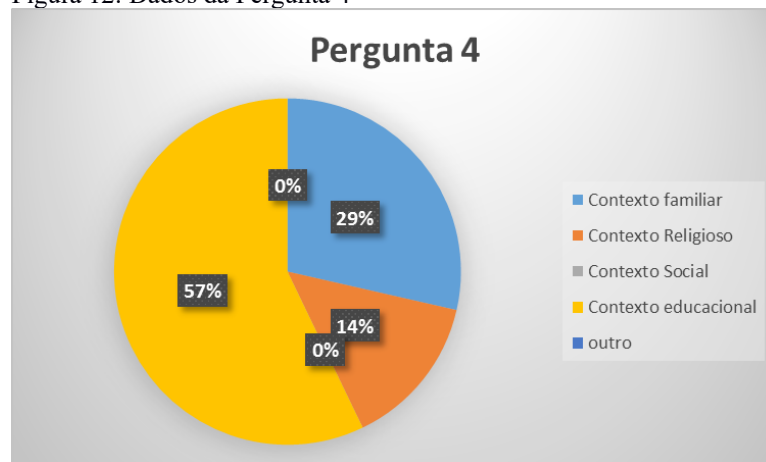


Fonte: Autora (2018)

Nota-se que a maioria das profissionais entrevistadas possuem pós-graduação, no entanto não fica claro em qual área é essa pós-graduação.

### Pergunta 4: Por qual motivo você aprendeu Libras:

Figura 12: Dados da Pergunta 4

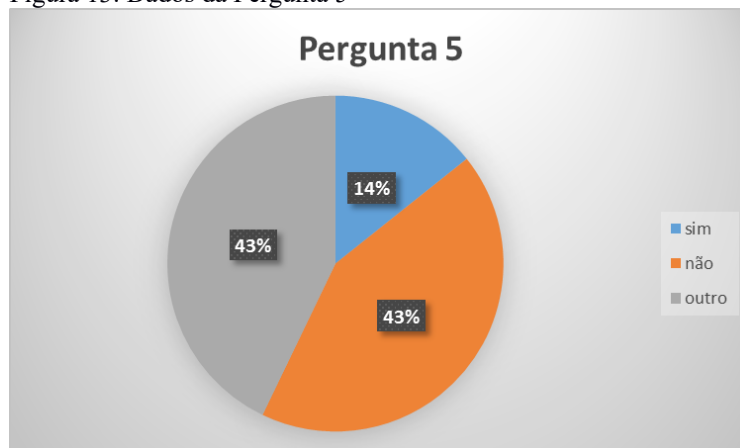


Fonte: Autora (2018)

A maioria, ou seja, 57% das profissionais aprendeu a Língua Brasileira de Sinais (Libras) pelo contexto educacional

Pergunta 5: Você possui formação específica para tradução e interpretação?

Figura 13: Dados da Pergunta 5

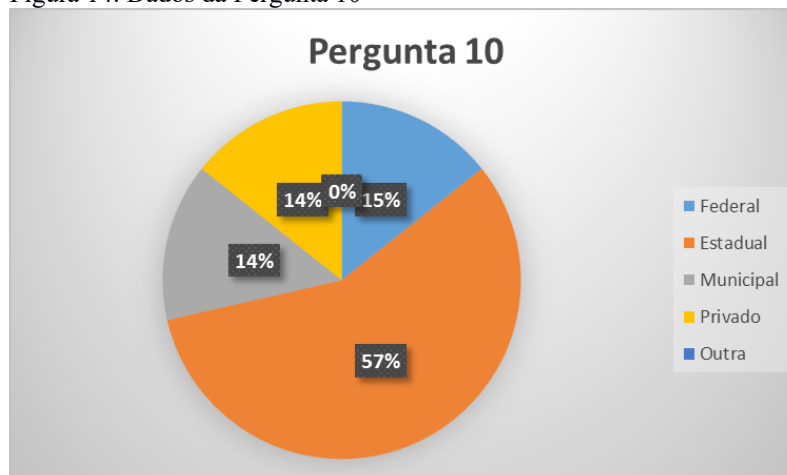


Fonte: Autora (2018)

Complementando a pergunta de número 3, a presente pergunta mostra que, apenas 14% das profissionais tem a formação específica na área de tradução e interpretação.

Pergunta 10: Em que tipo de instituição você trabalha?

Figura 14: Dados da Pergunta 10



Fonte: Autora (2018)

Das profissionais entrevistadas, 57% delas trabalham na rede estadual de educação. A seguir relataremos as perguntas fechadas:

Pergunta 2: sua Idade:

A média de idade das profissionais entrevistadas estava na faixa de 24 a 52 anos.

Pergunta 5: Quantos anos de experiência na área de Interpretação:

As médias de experiência profissional dessas pessoas variam de 1 a 9 anos.

A pergunta de número 7 complementa a de número 6 que perguntava “Você possui formação específica para tradução e interpretação? A pergunta 7 é: em caso de afirmativo, qual curso?

Das 7 entrevistadas, 4 delas tinham formação ou estavam estudando especificamente sobre Libras, as outras 3 não. Lembrando que uma delas já era formada, mas não respondeu à pergunta de número 7, por isso não está relatada a sua resposta.

Pergunta 8: Quais as dificuldades que você encontra ao interpretar para o aluno que não tem domínio da Língua de Sinais?

Analisando de uma forma geral as repostas do questionário, pode-se observar que 90% das pessoas que estão na função de intérpretes de Libras tem a preocupação de que o aluno surdo entenda o que lhe é ensinado, no entanto observamos que uma das entrevistadas não demonstrava interesse no aprendizado do seu aluno e nem conhecimento sobre o que é o processo inclusivo, uma vez que respondeu da seguinte forma “total desinteresse dele na sinalização, quando o contexto não é de seu interesse. E ele não aceita atividades diferenciadas, sempre quer fazer o que os outros alunos estão fazendo. Detalhe, ele é o único aluno surdo de toda a escola, e sua libras é muito restrita”. O equívoco desse indivíduo que está executando o papel de uma profissional de TILS é notório, uma vez que se a ideia é o processo de inclusão, como o aluno surdo estaria fazendo uma atividade diferenciada? A atividade tem que ser a mesma dos colegas e deve ser somente adaptada a realidade do aluno surdo.

Pergunta de número 9: Quais as estratégias que você usa para facilitar o processo tradutório em sala de aula?

Na pergunta de número 9, 90% das profissionais que responderam ao questionário interesse em fazer com que o aluno consiga entender o que lhe é ensinado, a P2G3 que demonstrou resposta contrária às demais, uma vez que respondeu da seguinte forma: “nenhum pois

interpreto o que o professor fala, não sou professora para ensinar ou facilitar nada.”

#### 4.3 Conclusão

O resultado dos questionários aplicados tanto para pais como para os alunos e para as pessoas que estão na função de intérprete de Libras nas instituições públicas e privadas foram os esperados, pais, em sua maioria alienados das vontades dos filhos, pois como percebemos nenhum dos pais, quando questionados sobre a pergunta número 7 que é “o que, na sua opinião poderia ser feito para que, as pessoas em questão pudesse ter uma aprendizagem mais efetiva e mais qualitativa?” respondeu ensino bilíngue, enquanto 90% dos alunos surdos que responderam os questionários deram essa resposta.

Os alunos surdos, por sua vez, sentem o peso de um processo de inclusão escolar mal feito, pois, como verificamos, nem a metade dos entrevistados usa frequentemente a Libras como modo de comunicação,

No grupo 3, vemos como caminha a inclusão atualmente, muitas pessoas ocupando o cargo de intérpretes sem nem ao menos ter formação específica e, como se não bastasse, ainda temos uma pequena minoria (ao menos de acordo com a Grupo) que não tem interesse algum no desenvolvimento do aluno.

O que se percebe é que a educação inclusiva ainda está muito longe de ser uma educação de qualidade, tanto no que se refere à pessoa surda, como qualquer outra pessoa que necessite de atendimento diferenciado, no entanto ela não pode ser aniquilada, pois como verificamos nos dizeres do Capovilla, os deficientes auditivos, por exemplo, segundo a pesquisa desse mesmo professor, sentem-se bem no convívio com os ouvintes.

A educação bilíngue é fundamental para o aluno surdo, pois esse não se sente deslocado de sua identidade, de sua cultura, ele se sente bem socializando com as demais pessoas surdas, usando sua língua materna, logo a educação bilíngue merece todas as atenções e nunca poderá ser extinta.

Falando num contexto geral, as duas educações, tanto inclusiva, quanto bilíngue são importantes para que todos os alunos, sejam eles deficientes auditivos ou surdos, desenvolvam-se com autonomia e como cidadãos que são, tendo seus direitos e suas identidades preservadas e respeitadas.

Ao longo do levantamento dos dados do questionário, o que é mais importante destacar é que todas as pessoas, de todos os grupos que aqui dividi, foram atenciosas e responde-

ram com muita atenção o questionário que lhes foi proposto.

É essencial que mais pesquisa com esse tema sejam executadas por mais profissionais da área.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estudado no levantamento bibliográfico, a educação bilíngue é muito importante para o sujeito surdo, pois é por meio dessa educação que o aluno surdo se identifica, aceita-se e passa a fazer parte da cultura surda. De acordo com esta afirmação, com o trabalho do intérprete que irá usar de técnicas, estratégias referentes à interpretação, o aluno surdo irá aprimorar os seus conhecimentos e facilitará a sua aprendizagem.

Podemos observar, através dos questionários, que os alunos surdos, por sua vez, sentem o peso de um processo de inclusão escolar não tão eficaz, pois, como verificamos, nem a metade dos entrevistados usa frequentemente a Libras como meio de comunicação, ou seja, eles não foram estimulados a usar Libras na escola em que frequentaram. O processo de inclusão poderia ser mais bem executado, pois o resultado que tivemos foi de uma defasagem no processo educacional. Através do estudo do questionário do grupo número 3, observamos como caminha a inclusão atualmente.

Há muitas pessoas ocupando a função de intérpretes sem nenhuma qualificação específica e aqueles que possuem qualificação, que é a minoria, (ao menos de acordo com a Grupo) não demonstram interesse no desenvolvimento do aluno. Isso é preocupante, uma vez que os alunos que frequentam hoje o ensino regular amanhã estarão no ensino técnico sem ter domínio algum da Libras, comprometendo, assim, o trabalho profissional dos intérpretes de Libras.

O que se pode concluir é que se precisa de mais intérpretes com a qualificação específica na área da interpretação, que utilizem estratégias de interpretação, tecnologias e habilidades.

Falando num contexto geral, as duas educações, tanto inclusiva quanto bilíngue, são importantes para que todos os alunos, sejam eles deficientes auditivos ou surdos, desenvolvam-se com autonomia, tendo seus direitos e suas identidades preservados e respeitados. O ideal seria que o aluno surdo tivesse a opção de estudar em uma escola bilíngue para que ele se entendesse como sujeito e integrante da cultura surda, mas também seria muito importante que houvesse um maior rigor na contratação dos TILS, as pessoas contratadas deveriam, no mínimo, ser estudantes de Libras, pois não é possível ocorrer um ensino qualitativo se a pessoa não tem nem o básico sobre Libras, ou seja, tanto ensino bilíngue quanto inclusivo devem estar disponíveis aos alunos surdos e ambos precisam ser eficientes.

## REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino, SARUTO, Mouse Vanessa. **Programa Curricular de Libras**. São Paulo, IST, 2012

ALMEIDA, Andreia Oliveira. FONSECA, Maria da Conceição Vinciprova. **Libras: a inclusão de surdos na escola regular**. Disponível em: <http://web.unifoa.edu.br/praxis/numeros/09/65-69.pdf> acesso em 13 de maio de 2018

ARAUJO, Danielle Mirelli da Silva. SILVA, Marcelle de Castro. SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. **A influência da libras no processo educacional de estudantes surdos em escola regular**. Disponível em: <http://files.portaldossurdos.webnode.pt/200002513-4d0d14e084/a%20influncia%20da%20libras%20no%20processo%20educacional%20de%20estudantes%20surdos%20em%20escola%20regular.pdf> acesso em 20 de fevereiro de 2018

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o **art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

CAMPELLO, Ana Regina. REZENDE, Patrícia Luiz Ferreira. **Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/06.pdf> acesso em 13 de março de 2018

CAPOVILLA, Fernando. **Páginas abertas**. Disponível em: <https://www.paulus.com.br/portal/wp-content/uploads/2012/06/paginas-abertas-49.pdf> acesso em 23 de maio de 2018

CARVALHO, Noemí Santos de Almeida. SILVA, Carlos Alberto Figueiredo da. **Educação inclusiva para surdos**. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/4%C3%82%C2%BA%20Artigo%20da%20Revista%2013%20%5BCARVALHO%20e%20SILVA%5D.pdf> acesso em 23 de maio de 2018

COSTA, Maria Stela Oliveira. **Os Benefícios da informática na educação dos surdos**. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/2271> acesso em 08 de junho de 2018

Declaração de Salamanca – UNESCO - em 1994 Unesco (2005). **Orientações para a inclusão**. Garantindo o acesso à educação para todos (tradução portuguesa). Paris, Unesco.

EIJI, Hugo. **Deficiente auditivo, surdo, Surdo?** Disponível em: <http://culturasurda.net/breve-introducao/> acesso em 13 de fevereiro de 2018

FELÍCIO, Márcia Dilma. **Elan (Eudico Language Annotator): Ferramenta para transcrição de dados LIBRAS/Português**. Um estudo piloto. Disponível em:

<http://eventoscientificos.ifsc.edu.br/index.php/sepei/sepei2014/paper/viewFile/406/526> acesso em 08 de junho de 2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo; Paz e terra 29º ed, 2004

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA. Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre; UFRGS, 2009

HIRATA, Tirza Cosmos dos Santos. DUTRA, Alessandra. STORTO, Letícia Jovilina. **Inclusão de aluna surda no ensino profissionalizante em escola pública em Londrina**; Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/499> acesso em 23 de maio de 2018

LUIZ, André. **Município realiza aula inaugural de turma bilíngue para surdos**. Disponível em: <https://www.difusoralaguna.com.br/2018/03/14/municipio-realiza-aula-inaugural-de-turma-bilingue-para-surdos/> acesso em 25 de maio de 2018

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. FLORIANO, Rita de Cassia. GIMENEZ, Nádia Dolores. **Algumas tecnologias aplicadas na área da surdez**. Disponível em: [www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=303](http://www.revistaintellectus.com.br/DownloadArtigo.ashx?codigo=303) acesso em 08 de junho de 2018

MAURO, Mariana. **O desafio da educação dos surdos no Brasil**. Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/o-desafio-da-educacao-dos-surdos-no-brasil/> Acesso em 25 de maio de 2018

OLIVEIRA, Cida. **Entidades questionam reforma na política de educação inclusiva**. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/05/juizes-promotores-e-educadores-questionam-reforma-na-politica-de-educacao-inclusiva> acesso em 13 de maio de 2018

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília; MEC;SIESP, 2004

SOUZA, Danielle Vanessa Costa. **Língua brasileira de sinais e a língua de sinais francesa: uma relação histórica, linguística e cultural**. Disponível em: <http://www.brasilazur.com/2012/09/lingua-brasileira-de-sinais-e-lingua-de-sinais-francesa-uma-relacao-historica-linguistica-e-cultural/> acesso em 13 de maio de 2018

UZAN, Alessandra Juliana Santos, et al. **A importância da língua brasileira de sinais (LIBRAS) como língua materna no contexto da escola do ensino fundamental**. Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2008/anais/arquivosINIC/INIC1396\\_01\\_A.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC1396_01_A.pdf) acesso em 23 de maio de 2018